IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

FEVEREIRO-MARÇO

Síntese de Conjuntura Econômica Maranhense

Por Felipe de Holanda, João Marques, Renan Lessa e Geilson Pestana

CENÁRIO INTERNACIONAL

Perdas com a Guerra comercial, impasse quanto ao Brexit e escalada de violência na Venezuela aumentam incertezas sobre a economia mundial.

• No dia primeiro de março termina a trégua parcial na guerra comercial entre EUA e China. Caso, até lá, não seja firmado acordo, elevam-se de 10% para 25% as tarifas praticadas pelos EUA contra quase metade do total importado em produtos chineses. Apesar da escalada de tensões protagonizada pela Huawei, oficiais de ambos os países trabalham para obter ao menos uma extensão do prazo. Um eventual acordo mais permanente envolveria medidas para aumentar a demanda chinesa por produtos agrícolas estadunidenses, em detrimento de competidores como Brasil e Argentina, que hoje se beneficiam com o impasse. Os efeitos negativos sobre a atividade econômica tornaram-se manifestos na China e já afetam de forma intensa, entre outros, sojicultores estadunidenses, levando a sucessivas revisões baixistas para o desempenho da economia global.

• Falta de apoio parlamentar para aprovar os termos de uma saída organizada do Reino Unido em relação à União Europeia (Brexit), que estava marcada para o dia 29 de março próximo, adia indefinidamente esta separação e faz crescer a possibilidade da realização de um novo plebiscito. A Primeira-Ministra Theresa May vê seu capital político em corrosão, na esteira de forte migração de empresas em direção ao Continente, enquanto os dirigentes da UE comemoram o exemplo negativo de ruptura.

• A assimetria de produtividades e de capacidades de financiar a dívida pública, entretanto, continuará expondo muitos dos países europeus, a exemplo da Itália, a constrangimentos financeiros, crescentemente apropriados pela extrema-direita anti-EU.

• As expectativas de perda de dinamismo da economia norte-americana ao longo do segundo semestre do ano, vêm funcionando como um freio ao movimento de elevação do custo do dinheiro naquele país. Praticamente zerados no período 2008-2017, os juros de curto prazo vinham incentivando fortemente o endividamento corporativo em dólar (por exemplo, para recomprar ações). A subida dos juros de curto prazo nos EUA leva muitas empresas em todo o mundo a uma situação que confronta custos crescentes de financiamento da dívida *versus* estagnação ou queda no faturamento. Aumenta a chance de crise de liquidez de algumas grandes corporações e também de países emergentes, a exemplo da Argentina e Turquia, desde o ano passado.

• A crise na Venezuela entra em novo estágio, trazendo o risco de escalada de violência, com os EUA abertamente propondo intervenção militar para derrubar o presidente Maduro. O governo brasileiro, assim como a ampla maioria do Grupo de Lima, opõe-se a uma intervenção militar, a despeito do pedido do líder oposicionista e autoproclamado presidente Juan Guaidó. Em espécie de intervenção disfarçada no Itamaraty, o vice-presidente Mourão rechaçou a possibilidade de o Brasil servir como base para uma invasão norte-americana à Venezuela. A perspectiva de exercer algum tipo de controle sobre as amplas reservas de petróleo no país bolivariano indicam que a pressão estadunidense deverá se intensificar nas próximas semanas.

CENÁRIO ESTADUAL

A despeito da recuperação do emprego formal, a massa de rendimentos permanece estagnada no Maranhão, devido ao fechamento de ocupações no setor rural e no comércio. A proposta de Reforma da Previdência adicionaria impactos fortemente negativos.

• No Maranhão, houve recuo de 4,9% no volume de vendas físicas do varejo restrito em sua variação mensal com ajuste sazonal. Este resultado é explicado pela queda de desempenho no setor de Hipermercados e Supermercados que conforme dados da arrecadação da SEFAZ/MA apresentou queda de 4,82%. A perda de pontos físicos de atendimento neste setor contribui para a sua queda em volume de vendas sendo que este setor possui o maior peso no cálculo da PMC para os resultados do varejo restrito.

• Conforme o primeiro Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA de 2019, divulgado no dia 12 de fevereiro, a produção maranhense de grãos deverá encerrar em torno de 5.041 mil toneladas (t), sendo 13,7% maior que em 2018. Contudo, conforme a última reunião do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias do Maranhão (GCEA/MA), realizada nesta última quarta-feira, 27 de fevereiro, o LSPA deverá apresentar uma reavaliação para baixo na segunda estimativa de 2019, passando de um crescimento de 13,7% para aproximadamente 9,0% (cerca de 4.800 mil t) em comparação ao ano passado. Destaca-se que mesmo com essa revisão, o resultado deverá impactar positivamente no nível de atividades estadual, cujo Valor Adicionado (VA) da agropecuária em 2018 deverá crescer 1,2%, mantendo-se o mesmo percentual em 2019.

• No que se refere ao mercado de trabalho maranhense, dados recentes da Pnad contínua mostram que a taxa de desocupação do estado atingiu 14,1% no 4T/2018 seguindo a alta interanual observada no Nordeste e Brasil. O número de desalentados no Maranhão caiu de 523 mil pessoas para 512 mil no 4º trimestre de 2018 em relação ao terceiro trimestre (-2,1%), redução superior à variação percentual observada no Brasil (-1,5%) e no Nordeste (-1,5%) **(Gráfico 1)**. No ranking nacional, o Maranhão detém o segundo maior percentual de pessoas desalentadas (10,9% do país), tendo em vista que a liderança pertence a Bahia (17,1%).

Enquanto a atividade econômica patina, fragilidades na mobilização da base parlamentar e contestação são indicadores de elevados e crescentes custos políticos na tramitação da proposta de Reforma da Previdência.

• Na primeira reunião do COPOM do ano de 2019, última de Ilan Goldfajn da presidência do Banco Central, manteve-se a meta da taxa básica de juros no patamar de 6,5%. A manutenção ocorreu pela sétima vez após uma redução de 0,25 pontos percentuais, em março de 2018, com expectativa de manutenção, ou até pequeno corte adicional, até o início de 2020. Mesmo com estabilidade inflacionária e juros básicos da economia em mínimo histórico, os indicadores de utilização de capacidade instalada e de investimento agregado continuam reduzidos, levando a sucessivas reduções baixistas nas projeções do PIB em 2019 e 2020.

• A Proposta de Reforma da Previdência enviada pelo presidente Bolsonaro ao Congresso inclui Estados e Municípios (que poderão ter a contribuição do servidor automaticamente majoradas para 14%), estabelece possível aumento de alíquota para os maiores salários do setor público e deixa de fora os militares. Reveste-se de um caráter fortemente antipopular ao praticamente impossibilitar a aposentadoria dos trabalhadores rurais (20 anos de contribuição comprovada) e dos mais pobres no setor urbano, que só terão direito a um salário mínimo aos 70 anos de idade.

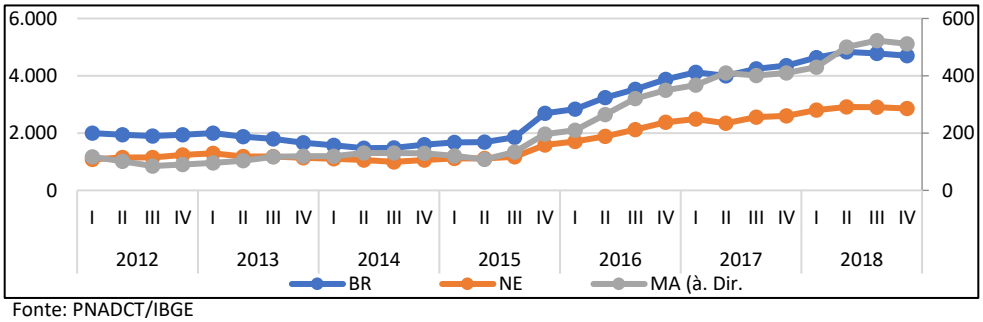
• Além de estabelecer um gatilho que permitirá um ajuste automático da idade mínima a cada 4 anos, conforme elevação na expectativa de vida da população, a proposta remete para uma Lei Complementar, de iniciativa do Poder Executivo, que regulará "idades, tempos de contribuição, cálculos e reajustamentos dos benefícios, assim como regras específicas para servidores públicos". A Lei Complementar exige apenas maioria qualificada para aprovação, e não os 3/5 necessários para alterar a Constituição. Ficará, portanto, muito mais fácil aprovar alterações previdenciárias de cunho antipopular no futuro.

• Fragilidades na mobilização da base parlamentar e muitos temas a serem contestados judicialmente (também no "pacote anticrime" do ministro Sérgio Moro) são indicadores de elevados e crescentes custos políticos na tramitação da reforma. O presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, cobrou engajamento do presidente Bolsonaro, advertindo para o risco de "contaminação" do processo de tramitação da reforma, nas "guerrilhas" das redes sociais. Maia também apontou que a base parlamentar de Bolsonaro, por enquanto só conta com o PSL, o que amplia as incertezas no processo.

•O setor do comércio no Brasil, durante o mês de dezembro, apresentou recuo de 2,2% no volume de vendas físicas em comparação ao mês anterior. A decisão das famílias em reduzir o consumo com base na limitação das receitas causada pela expansão de gastos ocorrida em novembro em função das promoções, as estimularam a antecipar e realizar o deslocamento dos seus gastos no tempo de dezembro para novembro com produtos de maior valor adicionado. No setor Veículos, Motos, Partes e Peças, apesar do recuo de 2,2% mensal no volume de vendas, é a atividade com o maior avanço nos últimos doze meses com 15,1%, o que favorece a manutenção dos 17,5 milhões de trabalhadores do setor em 2018. O volume de vendas físicas do setor de Material de Construção teve recuo de 0,4% na variação mensal em dezembro de 2018, evidenciando a retração da demanda por insumos básicos como cimento, areia, ferragens entre outros, que têm maior peso de custo em obras novas.

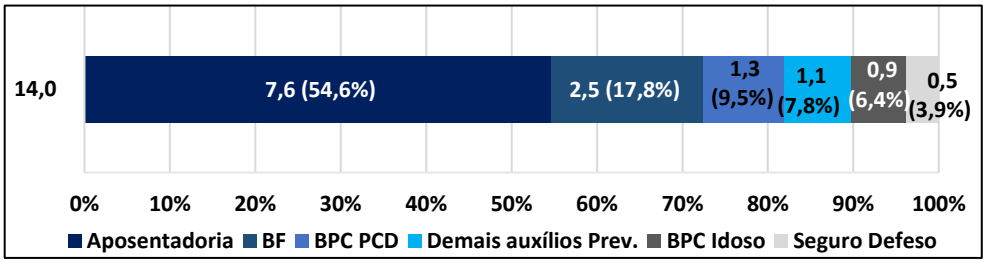
• No Brasil, o caso de Brumadinho fez com que a Vale S/A parasse suas atividades na região, reduzindo a oferta mundial de minério de ferro em cerca de 40 milhões/dmtu por ano. Consequentemente o preço mundial da *commodity* cresceu 18,9%, a Vale pretende retomar a produção no longo prazo em outras minas.

Gráfico 1. Evolução do número de Pessoas (Mil) desalentadas de 2012 a 2018



Fonte: PNADCT/IBGE

Gráfico 2. Maranhão: Valor repassado de aposentadorias, BF, BCP PCD, Demais auxílios beneficiários e BPC Idoso e Seguro defeso, em 2018 – R$ Bilhões



Fonte: MDS; BPC: benefício de prestação continuada; PCD: pessoa com deficiência; BF: Bolsa Família.

• Em relação aos rendimentos reais da população ocupada, o Maranhão aumentou 1,7% na comparação interanual, superior ao ritmo de crescimento do país (+0,6%). Por outro lado, a massa de rendimentos reais atingiu R$ 2,99 bilhões, -1,2 % em relação ao 4T/2017. O aparente paradoxo explica-se porque houve no período de um ano o fechamento de 69 mil ocupações dentre os trabalhadores rurais (que auferem menores rendimentos), ao passo que na Administração Pública houve o incremento de 28 mil ocupados.

• Em reunião em Brasília, governadores do nordeste defenderam a prorrogação do FUNDEB e o aumento da participação do Governo Federal na complementação do fundo. Os representantes estaduais ressaltaram a necessidade de manutenção do fundo, cuja vigência tem prazo até 2020, para a sustentação da qualidade da educação básica das redes de ensino, em meio a um período de recuperação fiscal dos estados. Em 2018, as Transferências Correntes do Maranhão apresentaram crescimento em ritmo bem mais fraco (+0,5%) que o da Receita Tributária (+6,6%), resultado do crescimento do FPE (+3,1%) que apenas compensou a variação negativa dos repasses do FUNDEB (+5,9%), em especial a não contabilização de valores deste último em dezembro.

• Segundo o SADIPEM do Tesouro Nacional, há três operações de crédito do Estado em tramitação totalizando U$ 162,7 milhões, com liberações programadas até 2025, destinadas a obras da MA-006 e ao financiamento agrícola.

• A proposta da Reforma da Previdência, ao restringir o acesso aos Benefícios de Prestação Continuada – BPC, tem impactos negativos proporcionalmente mais intensos sobre as transferências aos Estados do Norte e Nordeste, onde proporcionalmente, tanto no meio rural como urbano se concentram mais beneficiários.

• No Maranhão contabilizaram-se, sob a rubrica do BPC, 193,3 mil benefícios, em 2018, que representaram naquele ano 15,9% do total de R$ 14 bilhões transferidos a título de aposentadorias e outros tipos de auxílios e benefícios previdenciários. O montante repassado sob as rubricas de aposentadorias e outros tipos de auxílios e benefícios previdenciários representa não menos que 78,3% (R$ 10,9 bilhões) do montante total de transferências diretas realizados ao Estado **(Gráfico 2).** Tal peso significativo exemplifica o potencial prejuízo ao mercado de consumo do Estado que o desenho inicial da proposta de reforma da Previdência poderá causar.